

FAZER DA PENA UM OFÍCIO: A PROFISSIONALIZAÇÃO LITERÁRIA FEMININA NO BRASIL DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX

Michele Asmar Fanini (USP)

Resumo: O artigo vincula a propalada “aridez” feminina no incipiente campo literário brasileiro do entresséculos a um repertório de discursos que apreendiam as mulheres como “essencialmente inferiores” aos homens. Nesse cenário, as escritoras que “ousaram” irromper os entraves à profissionalização literária, viram-se comumente rotuladas como “amadoras” ou, quando não, como “excepcionais”.

PALAVRAS-CHAVE: Escritoras Brasileiras; Amadorismo; Excepcionalidade.

Introdução

Em linhas gerais, durante todo o entresséculos – aqui compreendido como o período que enfeixa as décadas de 1870 e 1930¹ –, as moças oriundas de “família de posse” eram preparadas para corresponder satisfatoriamente aos papéis sociais a elas designados, i.e., para confirmar as expectativas em torno de suas atuações como esposas, mães e donas-de-casa. Para tanto, a instrução que recebiam como que reiterava o processo mesmo de construção simbólica do que se entendia na época por “feminino”, por meio da reprodução dos qualificativos tidos como inatos, condizentes ao devir mulher. Aliás, a parcialidade das fontes escritas reitera a vinculação dos papéis femininos a um conjunto de estereótipos que, por sua vez, podem ser traduzidos como uma ode à vida em conformidade com os limites da polidez, vindo a condenar, ou então, prescrever como indesejáveis e inconvenientes as “*vieilles filles*”, tanto quanto as “*femmes savants*”.

Menina que sabe muito
É mulher atrapalhada.
Pra ser mãe de família
Saiba pouco ou saiba nada (APJ *apud* DIAS, 2001, p. 38)²

Com o intuito de ilustrar esta idéia, que se fortalece por meio de um discurso que postula a incapacidade da mulher como ser criador/criativo, inscrevendo-a sempre na condição passiva de criatura, fonte de inspiração – pensamento este revelador, portanto, da “inaptidão” feminina para as atuações profissionais extra-domésticas, ou mesmo das duras implicações decorrentes de um destino “não desejável” –, Simioni (2004) faz alusão ao conto “Vera Ipanoff”, escrito por Gonzaga Duque Estrada. Nele, a protagonista, órfã de

mãe, que “fora educada por um pai tirânico e por uma preceptora escocesa, ambos ciosos de seu futuro material” (p. 30), dedica-se intensamente aos estudos, vindo a se tornar médica.

A estratégia de Gonzaga Duque atualiza uma relação sobremaneira corriqueira no pensamento do período, a saber, a de que ao processo de sofisticação do saber e apuro intelectual da mulher subjaz o esvanecimento das marcas definidoras de sua “feminilidade”, acarretando a perda de certa identidade de gênero (SMITH, 2003, p. 387).³ A profissionalização da personagem lhe é onerosa, pois seu acurado conhecimento atua como empecilho à sua aceitação social. Diante disso, o insulamento é a previsível fortuna a ela reservada, tornado-se alvo freqüente de comentários maldosos, forjando-se como caricatura. Ainda de acordo com Simioni (2004), a “conquista pública [de Vera Ipanoff] significou [sua] falência como mulher, e desembocou em um final triste e solitário, seu castigo” (p. 31).

O isolamento social a que Vera Ipanoff fora relegada, resultante da quebra de uma interdição tácita (a profissionalização), é ainda recrudescido por sua solidão como mulher. E isso porque uma sina ainda mais severa era reservada às “solteironas” – rótulo pejorativo empregado para qualificar aquelas mulheres que não contraíam matrimônio, como se constituíssem uma categoria indigna.⁴ Nas palavras de Saffioti (1976), “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia a sua estabilidade ou prosperidade econômica” (p. 33). A própria simbologia implícita na incorporação do sobrenome do marido revela o novo status adquirido, o de esposa, que é quase um sinônimo de “distinta senhora”. A “solteirona”, por sua vez, carregava o estigma da mal-amada, da aridez, do insulamento, pois “faltara-lhe o amor, faltaram-lhe as sagradas agonias da maternidade” (ALMEIDA, 1903, p. 193). Assim, “o celibato de uma filha, (...) faz estremecer os pais, porque a palavra solteirona significa isolamento, falta dos carinhos mais justos, privação das mais ternas alegrias, miséria muitas vezes, e muitas vezes ridículo” (ALMEIDA, 1887, p. 61).

Sendo o casamento uma espécie de favor que o homem conferia à mulher, sua via privilegiada de ascensão social e econômica (MELLO E SOUZA, 1996), às celibatárias estava reservada a derrocada de seu prestígio, de modo que a conseqüente necessidade de

dedicação ao trabalho remunerado parecia reiterar tal fortuna, ao denunciar seu *status* desvantajoso com relação às damas que desfrutavam dos benefícios proporcionados pela união matrimonial (GOTLIB, 2003). Como lembra Susan Besse (1999)

ficar solteira raramente dava, às mulheres que o desejassem, a oportunidade de livrar-se dos papéis domésticos e da vida de família. A dependência econômica e o ostracismo social deixavam-nas sem outra opção que não a de viver com os pais ou irmãos e ajudar a realizar o trabalho enfadonho de cuidar da casa sem as recompensas ou o status que acompanhavam o casamento. Até mesmo as poucas mulheres solteiras que trabalhavam, sendo bem-sucedidas na árdua batalha para ganhar a vida de modo decente, estavam sujeitas à vigilância e ao julgamento constantes sobre suas vidas pessoais (p. 53).

Assim, a intensidade do insulamento experimentado por Vera Ipanoff advinha do fato de ser ela, ao mesmo tempo, “*femme savant*” e “*vieille fille*”. Em outros termos, o percurso da personagem, cujo desfecho encerra seu malogro, é revelador da força com que operavam certos discursos e correntes de pensamento, em específico, aqueles que elegeram como objeto privilegiado de interesse “a questão da mulher”.

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como potência do mal (TELLES, 2001, p. 403).

Tal como o fragmento acima evidencia, os inúmeros óbices à profissionalização feminina encontraram suporte garantido em um sem-número de idéias correntes, sendo muitas delas sedimentadas em teorias, cuja acolhida estava associada ao fato de bradarem o *status* e a legitimidade de ciência (EHRENREICH; ENGLISH, 2003). Por exemplo, ao discurso médico, munido de toda autoridade que a “chancela científica” é capaz de assegurar, coube explicar o dimorfismo sexual, ou melhor, seus desdobramentos em atributos e características anatômicas e fisiológicas que distinguem os dois sexos.⁵ E, muito embora fosse possível estabelecer certa analogia entre a medicina e o tradicional papel conferido às mulheres (especialmente como mãe), ficando a escolha por essa carreira como que equiparada a uma extensão dos cuidados dedicados à criação da prole, “a oposição à entrada de mulheres nessa profissão foi bem maior do que a que se passou em campos de menor prestígio e menos especializados, como enfermagem e educação. As médicas

pioneiras no Brasil encontraram hostilidade e estiveram sujeitas ao ridículo” (HAHNER, 1996, p. 74; cf. BERNARDES, 1989, p. 141-142), tal como revela o conto de Gonzaga Duque.

Portanto, estas teorias, correntemente mobilizadas com o fito de melhor explicitarem o quão reprovável era a associação entre mulher e profissionalização/intelectualização, adquiriram grande popularidade na medida em que, primeiro, transformaram a mulher em objeto de estudo, cujas variações temáticas apareciam sintetizadas na mencionada expressão “a questão da mulher” e, segundo, deixaram evidente se tratar de um “problema” para a sociedade, uma incógnita “anomalia”, e que deveria ser, portanto, criteriosamente investigado, esquadrinhado, por meio de um arsenal científico. Mas não apenas aos médicos coube tal empreitada: especialistas de toda ordem – filósofos, cientistas, religiosos, juristas – curvaram-se diante deste “enigma” que vinha a ser “a questão da mulher”, e ostentaram autoridade para sua explicação.⁶

1. Educação feminina como instrução

As moças pertencentes às famílias tradicionais experimentaram, durante todo o século XIX, fórmulas amenas de aprendizagem, em sua quase totalidade, informais. Contudo, se durante este período, pouca atenção era dada à educação feminina, tida como “luxo” ou “excentricidade de endinheirados” (MANOEL, 1996, p. 9), as últimas décadas do referido século apontam para essa necessidade, mas com um intuito digno de nota: fazer com que se tornassem damas distintas, com que fossem investidas de qualificativos capazes de “melhor servirem como instrumento de civilização do mundo íntimo da elite” (NEEDELL, 1993, p. 85). Gradativamente, as moças passam a receber ensinamentos, ministrados por pais ou preceptores, sendo recorrente seguirem com a família para Europa, onde eram educadas em escolas de conventos franceses. Todo este preparo, indicativo da desvinculação entre educação e profissionalização, não exprime senão um processo por meio do qual lhes pudesse ser assegurado certo polimento sociocultural (MANOEL, 1996, p. 22; GOTLIB, 2003).

Tornava-se necessário, diria até mesmo imperioso, que as mulheres soubessem ler, escrever, conversar, que conhecessem, ao menos por informação, um pouco do mundo situado além dos muros de suas casas e

das paredes da paróquia mais próxima. Em outras palavras, era necessário educar e cultivar as jovens (MANOEL, 1996, p. 22).

Pensando especificamente nas grades curriculares, os cursos direcionados às moças, no século XIX, ratificam e legitimam sua significativa distinção com relação aos currículos dos cursos oferecidos aos rapazes, de modo que, para aquelas, há a predominância dos trabalhos manuais e o preparo para o magistério primário (adiante retomaremos este ponto), enquanto para estes, o que se nota é a preocupação com uma formação mais pragmática, cujo ancoradouro mais provável seria o êxito profissional. Portanto, às mulheres, as possibilidades de profissionalização eram exíguas, especialmente porque

a imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser (MALUF; MOTT, 2006, p. 374).

Se, por um lado, as mulheres encontravam exíguas possibilidades de profissionalização, aos rapazes “bem nascidos” era assegurada uma formação intelectual capaz de lhes garantir uma carreira de burocrata ou político, bem como o conhecimento humanístico condizente ao de um cavalheiro europeu. Os ensinamentos transmitidos aos meninos lhes facultavam trilhar com desenvoltura os desígnios que a vida pública lhes reservava, o que nos leva a considerar que, aos olhos da sociedade da época, “o homem estava apto, em função de suas capacidades mentais, a criar as grandes obras, ao passo que as mulheres não passavam de colaboradoras” (SIMIONI, 2004, p. 34). Já às classes populares, a educação adquiria os nítidos contornos de uma instrumentalização, com vistas à profissionalização (SAFFIOTI, 1976, p. 216).⁷

Portanto, submetidas à aprendizagem de um conjunto de “atividades formativas”, com o intuito de apenas transcenderem comedido as “agulhas e alfinetes”, para citar a expressão utilizada por Arthur Azevedo em sua contribuição para a *Poliantéia* (documento produzido pelo *Liceu de Artes e Ofícios* no ano de 1881, em virtude da abertura de classes de arte para mulheres)⁸, as mulheres eram preparadas para o casamento, bem como para o exercício satisfatório das funções condizentes aos papéis de esposa e mãe: saber cuidar da

casa, da família, portar-se devidamente em suas aparições públicas. Apreendida como nefelibata, “a moça entregava-se ao aprendizado da música e das maneiras, ao interesse pelos vestidos, vivendo na expectativa da chegada do marido” (MELLO E SOUZA, 1996, p. 89). A educação, nestes termos, adquire os contornos precisos de uma frugal instrução, vindo a ser tão somente “um complemento da formação feminina, uma espécie de acréscimo aos dotes e prendas já adquiridos pela mulher” (BERNARDES, 1989, p. 25; cf. HAHNER, 1980, p. 32).

Contudo, ao atentarmos para o período em que o Brasil já experimentava sua fase republicana, seria possível supor que a mudança de regime político houvesse proporcionado, em alguma medida, modificações significativas no sistema de ensino brasileiro. Porém, se a afirmação procede, qual a intensidade das mesmas, pensando especificamente em termos de educação feminina?

Quanto a isso, diz Saffioti (1976) que a laicidade do ensino, proporcionada pelo ocaso do período monárquico, ainda que tenha implicado o “término” – ao menos oficialmente – do subjugo da instrução oficial à Igreja Católica, teve como corolário (muito pouco animador!) a validação de uma legislação descentralizada sobre o ensino, *leitmotiv* para a criação de um sistema educacional de base fragmentado, “fruto das mais diversas injunções locais” (p. 213-214). Isso significa que a República, além de não ter representado um clarão no que tange à possibilidade de transformação radical, com vistas à democratização no sistema de ensino brasileiro, apoderou-se das vetustas deformações atinentes à dualidade sobre a qual se assentava, aliada à orientação católica de muitos colégios, que vieram a se tornar a “adequada” opção de educação para o sexo feminino (SAFFIOTI, 1976, p. 216).

A conservação do mesmo estilo de ensino superior, bacharelesco e alheio aos problemas nacionais, herdado do Império, adicionou-se a manutenção de um ensino secundário mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior e privilégio das camadas abastadas. O hiato entre a rede primária de ensino e a instrução superior, já implantado do Império, persistiria no novo regime. A primeira República não conseguiria mesmo eliminar essa dualidade de ensino vigente quer nos sistemas escolares dos Estados, quer naquele da União. Justapunham-se, sem ligação vertical, o sistema primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o sistema secundário e superior, de outro. Constituindo o primeiro o sistema de educação popular e o segundo o sistema de educação da elite,

a República não teve nenhum significado do ângulo da democratização da cultura (SAFFIOTI, 1976, p. 214).

A tibieza da legislação sobre o ensino, neste contexto, permitiu que a Igreja Católica figurasse como grande “beneficiária da consagração da liberdade de ensino” (SAFFIOTI, p. 214; cf. MANOEL, 1996, p. 17), de tal forma que a educação feminina passou a ser apanágio dos colégios religiosos, todos eles elitistas, culminando na insolúvel barreira segundo a qual a realização dos cursos secundários constituía, por si só, um obstáculo à profissionalização das mulheres. E a explicação para isso é simples: “não sendo estes colégios equiparados aos oficiais, nem davam direito aos cursos superiores, nem permitiam a realização dos outros cursos de caráter eminentemente profissional”. Isso significa que as moças não recebiam certificado de conclusão de curso normal ou secundário, documento obrigatório para a admissão, por exemplo, nas tão almeçadas escolas de enfermagem (Glete Alcântara, *apud* SAFFIOTI, 1976, p. 215).

Com isso, o Brasil República não faz mais do que potencializar uma tendência já delineada ao longo do Império, segundo a qual as mulheres vão se concentrar em “certos ramos do ensino menos valorizados socialmente” (SAFFIOTI, 1976, p. 219).⁹ No tocante às áreas de atuação ditas “femininas”, um ramo específico requer particular atenção, não somente por aparecer tradicionalmente vinculado ao “segundo sexo”, mas principalmente por ter desempenhado inegável função na educação escolarizada das mulheres brasileiras. Trata-se do ensino profissional normal, que tem seu surgimento associado à missão de solucionar “o problema dos quadros docentes das escolas primárias” (SAFFIOTI, 1976, p. 221).

Para se ter uma idéia, as escolas normais, que passaram a existir em maior número após o ano de 1930, costumavam ser freqüentadas quase que exclusivamente por mulheres – em termos numéricos, elas representavam algo em torno de 90,0% do total de alunos. Esta procura se explica em parte pela existência de um vínculo simbólico que relacionava o papel de mãe ao de professora primária, vindo a garantir à profissão um lugar diferenciado/privilegiado no restrito espectro profissional a que as mulheres tinham acesso (i.e., sem que encontrassem grandes objeções). Como corolário, o corpo docente das escolas primárias não poderia contar senão com uma esmagadora presença feminina.

Tomando por base a cidade do Rio de Janeiro, em 1935, Saffioti constata que 99,0% dos professores do ensino elementar eram formados por mulheres.

No entanto, cabe aqui um adendo. Ainda que em pequeno número até 1930, as escolas normais existentes no Brasil passaram a assumir, pouco a pouco, funções que lhe eram anteriormente incomuns – e isto em virtude do tipo de ensino que ofereciam e da escassez de escolas secundárias oficiais (SAFFIOTI,1976, p. 222) – chegando a desempenhar, por exemplo, insuspeito papel na promoção de um refinamento intelectual “desinteressado”. Isso significa que as escolas normais, cujo intuito inicial seria bem mais pragmático, passam também a atender a uma diferente demanda, “desvinculada de preocupações utilitárias”:

Surgidas como escolas de formação de grau médio, destinavam-se à formação propedêutica e pedagógica do magistério primário. Ao lado de ser a escola normal uma instituição educacional destinada a qualificar força de trabalho para uma profissão de base intelectual, o que a assinalava como canal de ascensão, ela conferia também a seus alunos uma cultura geral desvinculada de preocupações utilitárias. Na medida em que se preenchia esta segunda função, a escola normal era procurada por moças sem intenções de desempenhar as atividades profissionais a que lhes daria direito o título de normalistas e que a ela acorriam em busca de uma cultura geral mais ou menos equivalente ao ensino secundário (SAFFIOTI,1976, p. 222).

Saffioti também salienta que é somente em 1939 que os normalistas tiveram assegurado, por meio de um Decreto-Lei, o direito de ingresso em alguns dos cursos que integram as Faculdades de Filosofia, mormente pedagogia, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, letras clássicas, geografia e história. Contudo, esta resolução vem acompanhada de um rearranjo profissional um tanto “vicioso”, caracterizado pela

tendência a impelir a mulher, elemento predominante das escolas normais, à realização de cursos superiores, que a encaminhariam ao magistério nas escolas de grau médio. Dada a formação recebida pelos normalistas, a preferência pelos cursos de pedagogia seria muito pronunciada. Mesmo porque estes cursos vinham concretizar, em termos pouco diversos, é verdade, uma velha aspiração de criar-se uma Escola Normal Superior, destinada a formar pessoal qualificado para o exercício do magistério de grau médio (SAFFIOTI,1976, p. 228).¹⁰

As distintas propostas pedagógicas oferecidas pelas instituições de ensino (formais e informais) à juventude brasileira do período, ao subentenderem possibilidades incompatíveis (quase sempre, desiguais) de formação intelectual e social, asseguraram, a um só tempo, a validação de um repertório de práticas formativas marcadamente dissonantes, cujas reverberações se fizeram sentir na configuração social e na definição dos papéis e representações sociais, especialmente em termos da atualização da assimetria entre os sexos.

Para o encerramento desta seção, convém salientar que o incentivo à leitura, gradativamente transformado em conspícua “prática formativa” passa, pouco a pouco, a ser apreendido como acicate ao aprimoramento dos papéis atribuídos à mulher, i.e., do receituário orientador de seu *dever ser*. Tanto que o livro se torna uma inegável fonte de exemplos e aconselhamentos, possibilitando às leitoras melhor dimensionar seus deveres como esposa e mãe (ALMEIDA, 1914, p. 38; cf. EULÁLIO, 1992, p. 31).

Nestes termos, e como um efeito do preparo a que as mulheres passam a se submeter, o entresséculos assiste ao aumento significativo do público leitor feminino, diretamente relacionado à ampliação da alfabetização e às novas oportunidades de educação que lhes são oferecidas.

Não à toa, o Rio de Janeiro torna-se “o ponto favorito para a publicação de obras literárias” escritas por mulheres, figurando também como sede privilegiada para a criação de inúmeros periódicos, sob a direção feminina (BERNARDES, 1989, p. 100). No entanto, o aumento do número de leitoras – fator peremptório para que muitas escritoras tomassem a frente na direção de redação de jornais, especialmente femininos, ou mesmo na condição de colaboradoras, como colunistas –, não se revelou fator determinante, ou ao menos suficiente, para lhes assegurar a fruição dos efeitos de consagração do campo literário que então se formava, havendo entre a prática de leitura e escrita e a consagração literária feminina propriamente dita um significativo hiato. Aliás, “o longo percurso enfrentado pelas mulheres para que fossem reconhecidas como autoras de seus textos era ainda incerto no início da década de 30” (ELEUTÉRIO, 2005, p. 71).¹¹ Em vista de tais constatações, não é exagerado dizer que este quadro, no mínimo, recende o tipo de educação (bem como suas implicações sociais) destinado às mulheres do período aqui contemplado, tal como procuraremos iluminar a seguir.

2. Os óbices à profissionalização literária feminina no Brasil do entresséculos

Jeffrey Needell (1993), ao fazer menção à “*belle époque tropical*”, lembra que a literatura se afigurava como canal precípuo de expressão para muitos diletantes, mas também como caminho da ascensão social para alguns desafortunados que tiveram, por meio da educação realizada a duras penas, o mundo das letras descortinado e eleito como possibilidade de reversão da ignomínia a que teriam sido condenados desde o nascimento: o êxito literário era uma forma legítima de redimir a origem humilde. Assim, para aqueles que se encontravam nas franjas da sociedade, destituídos de privilégios, a literatura se apresentava não apenas como um prazer, mas, sobretudo como uma saída (p. 217).

Embora “meio de vida” para alguns, Broca (1979) chama a atenção para o caráter “anti-social” de que se investia a literatura, ao atentar para as conseqüências, muitas vezes indesejáveis, que a decisão (ou falta dela!) de viver *exclusivamente* da produção de textos poderia desencadear. Esta ressalva vai ao encontro da argumentação tecida por El Far (2000) que, por meio de um exemplo específico e contundente, nos oferece um diagnóstico acerca da situação desfavorável em que viviam os escritores no Brasil do entresséculos. A autora se refere ao livro de críticas *Cartas literárias*, de Adolfo Caminha, publicado em 1895.¹²

A obra em questão narra os constrangimentos a que um escritor brasileiro precisava se submeter para ter seus textos publicados, uma espécie de calvário, sendo o editor um de seus grandes “adversários”, e que Caminha nos apresenta como um sujeito indisposto e comercialmente despreparado, delineando, portanto, a imagem de um profissional que beira o arrivismo, com “febre de lucro e furor de riqueza (...) Porque editores há que não se contentam em baratear o trabalho intelectual: julgam-se uma entidade superior e têm o jeitinho impagável de franzir a testa aos homens de espírito, encarando-os com orgulho de nababo do alto de sua independência” (CAMINHA, 1999, p. 121-123): investido de poder de decisão, o editor subjuga os escritores, oferecendo valores módicos para a publicação de um livro:

Este [o editor], quando não é um sujeito grosseiro, sem tino comercial, ricoço, a quem tanto faz obter mais uma edição como não obtê-la, recebe-o amavelmente,

com um arzinho de bondosa superioridade, manda-o sentar e passa logo ao assunto.

O discurso é o mesmo de sempre: não há leitores, além disso o romance não é do gênero que o “nosso povo” gosta, e tal, e cousa...

— Mas, olhe que é um bom livro, senhor F...; tem estilo, tem arte, vale a pena...

— O amigo engana-se, diz o outro; nós editores preferimos ao estilo, à arte, um bom enredo, uma história de sangue cheia de mistérios, comovente, arrebatadora! É dito que o povo gosta, e nós, a respeito de gosto literário, só conhecemos o do povo. Continua o diálogo (...)

Acontece, finalmente, que o escritor vê-se na dura obrigação de tomar partido, e, neste caso, ou deixa ficar o livro porque a miséria o ameaça, ou, intransigente e altivo, prefere guardá-lo consigo e recolher-se à obscuridade. Em qualquer hipótese, é claro que ele só tem a perder, ele que trabalhou um ano inteiro, e às vezes muito mais, ele, o artista honesto e incansável (CAMINHA, 1999, p. 120).¹³

Com isso, Adolfo Caminha explicita as (im)possibilidades de se viver, no Brasil, do trabalho literário, e o faz por meio da iluminação da saga enfrentada pelos escritores. Pressionado pelas urgências materiais, o escritor era levado a dividir tais habilidades com profissões que assegurassem sua reprodução social, em geral, encargos burocráticos. As crônicas de Caminha deixam à mostra não apenas os infortúnios enfrentados pelos escritores, mas a quase inevitabilidade de sua “sina”: a miséria social e a obscuridade.

Nesse sentido, e a partir de uma abordagem de caráter retrospectivo, Brito Broca (1979) procede a uma breve varredura da presença feminina na literatura brasileira, e aponta Teresa Margarida da Silva e Orta, autora de *Aventuras de Diófanes* (1752)¹⁴, como sendo a precursora da atividade literária no Brasil. Porém, Broca não deixa de asseverar que os caminhos que conduziram à profissionalização literária, se já se mostravam pouco favoráveis aos homens, eram ainda mais incertos e sinuosos para as mulheres que nele buscavam se enveredar. E tal afirmação encontra respaldo no fato de que, embora seja antiga a presença de escritoras no campo literário, suas produções sempre foram alvo de severas críticas, de acerbos preconceitos. Tanto que, como já mencionamos em alguns momentos, até final do XIX era lugar-comum a existência de discursos que estabeleciam a inadequação da mulher para a vida literária.

Há também que se levar em conta a própria estrutura que caracterizava as cidades do século XIX, cujas esferas pública e privada apresentavam claras distinções, que se desdobravam em uma acintosa distribuição dos papéis sociais entre os sexos, de modo que “o mundo público, sobretudo econômico e político é destinado aos homens e é o mundo

que conta” (PERROT, 2005, p. 34). De acordo com Perrot, a cidade do século XIX apresenta-se como um espaço marcadamente sexuado, de tal modo que

as mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função significar a fortuna e posição de seu marido (PERROT, 2005, p. 34).

Dentre os óbices que dificultavam a profissionalização literária feminina no entresséculos, vale destacar a parcialidade dos registros oficiais (produzidos por escritores, críticos e estudiosos da literatura), que insistiam em mantê-las silenciadas, i.e., comumente as definindo segundo caracteres de convenção, como é o caso do rótulo de “amadoras”, designação atrelada à idéia da *“faute de mieux”*, e reveladora de que a disposição dos artistas no campo literário forjava-se não apenas como fruto dos “espaços de formação diferenciados” a que os principiantes estavam relacionados, mas, especialmente, como índice de que “as expectativas diversas com respeito às ocupações masculinas e femininas guiavam, implicitamente, o uso de categorias perpassadas pela lógica de gênero” (SIMIONI, 2004: 7; cf. SMITH, 2003).

A identificação da criatividade de uma artista com as forças produtivas inatas e poderosas da natureza coloca as produções das mulheres fora da esfera mediadora da atividade cultural masculina. Os homens estudam e pensam; as mulheres sentem e criam instintivamente. Na polarização ocidental do corpo e da mente, os homens são recompensados por serem intelectuais e teóricos, as mulheres por serem intuitivas e procriadoras (CHADWICH, 1995, p. 34).

Desse modo, ao ser definida como fruto da intuição, do improviso e da espontaneidade, a produção feminina é anunciada como um caso à parte, ficando estabelecidas as suas substanciais diferenças com relação àquelas criações (teóricas e intelectuais) que recebem o qualificativo de “profissionais”, quase um sinônimo de “masculinas”.

Por sua vez, não sendo consideradas profissionais, as produções femininas são apreendidas como praticamente inexistentes: a propalada “exigüidade” feminina no mundo das letras encontra reforço e sustentação nos ditos “vazios institucionais”, posto que, não tendo seus feitos retratados, catalogados, documentados, à grande parte das escritoras era ofertado como destino implacável o esquecimento, a “não-existência social”. Trata-se, pois,

menos de uma questão de inexistência de fato do que de situações propositais engendradas pelos “déficits documentais” (GOTLIB, 2003; SIMIONI, 2004; PERROT, 2005).

Difícil é recolher toda a obra feminina, os nomes de suas autoras que, sempre, principalmente na sociedade que nos antecedeu, ficavam incógnitas, como incógnitas ficaram muitas produções valiosas de cérebros femininos (Maria Rita Soares de Andrade *apud* HOLLANDA; ARAÚJO, 1993, p. 14).

Tal como salienta Maria de Lourdes Eleutério (2005, p. 31), ao se referir às considerações de Olavo Bilac acerca da publicação dos versos de sua noiva, Amélia de Oliveira, ser escritora era até aceitável, mas com a ressalva de que os escritos não transcendessem o restrito círculo familiar. A publicação era condenável, sob a pena de macular a reputação da mulher:

“Minha Amélia

(...)

Antes de tudo, quero dizer-te que te amo, agora mais do que nunca, que não me saís um minuto do pensamento, que és a minha preocupação eterna, que vivo louco de saudade, (...) Não me agradou ver um soneto teu (...) desagradou-me a sua publicação.

(...)

Há uma frase de Ramalho Ortigão, que é uma das maiores verdades que tenho lido: – O primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida”. – Não é uma grande verdade? (...) há em Portugal e Brasil cem ou mais mulheres que escrevem. Não há nenhuma delas de quem não se fale mal, com ou sem razão. (...) Não quer isto dizer que não faças versos, pelo contrário. Quero que o faças, muitos, para os teus irmãos, para as tuas amigas, e principalmente para mim, – mas nunca para o público (...)

Teu noivo

Olavo Bilac

São Paulo, 7 fevereiro 1888.

Fato é que, desde tempos remotos de nossa formação social, as mulheres viveram às margens do espaço público, e só por volta do século XIX começam a ser alfabetizadas e a ter acesso ao universo da literatura (PAIXÃO, 1987, p. 10). Ainda assim, durante todo o século XIX, a mulher artista/escritora viveu sob a pecha do “amadorismo”, “rótulo que trazia consigo um tipo de classificação hierárquica que se baseava em uma contraposição implícita à figura do artista profissional como evidentemente masculina. Princípio classificatório perpassado pela lógica de gênero” (SIMIONI, 2004, p. 3-4), de tal modo que “literatura amadora passou a ser vista como de certa forma apropriada para mulheres”

(SMITH, 2003, p. 25). Sem dúvida, o amadorismo também contribuiu para o barateamento, no crescente mercado de livros, das produções assim rotuladas, de modo que os

editores tiravam vantagem da inferioridade social e legal dessas autoras para reduzir os custos da expansão do mercado. O abuso sofrido pelas mulheres escritoras nas mãos dos editores, em termos de acertos financeiros quase sempre desvantajosos, tornou-se a essência da tradição literária do século 19 (PERROT, 2003, p. 103).

Quando não, as mulheres que conseguiram constituir uma carreira de sucesso, forjando-se como escritoras de renome, viram-se rotuladas como excepcionais.¹⁵ Vamos a um exemplo esclarecedor: o jornalista e poeta Lúcio de Mendonça, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, mostrou-se entusiasta do trabalho das três Júlias (Júlia Lopes de Almeida, Júlia Cortines e Francisca Júlia), e atribui a notabilidade das escritoras ao fato de apresentarem semelhante compleição, qual seja “a índole máscula do talento”. Mendonça acrescenta ainda que “a varonilidade do espírito destas três senhoras não lhes tira, mesmo literariamente falando, as graças do sexo”.¹⁶ Percebe-se que a utilização de qualificativos como “varonil” ou “máscula” figuram como índices de valorização da produção literária de escritoras, passaporte inegável de diferenciação de seus textos. Nas palavras de Lúcia Miguel-Pereira (1954), “nada prova melhor quanto somos toleradas como intrusas na literatura do que o supremo elogio feito a um trabalho feminino: consiste em dizer-se que parece escrito por homem”.

Aliás, a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, no Rio de Janeiro, forjou-se como um ambiente marcadamente refratário à presença feminina. A primeira escritora a transpor seus umbrais foi Rachel de Queiroz, em 1977, portanto, oito décadas após sua criação. O ingresso da autora de *O quinze* simboliza, em alguma medida, menos uma mudança na compleição androcêntrica da entidade – que, até hoje, assistiu à posse de apenas seis escritoras – do que a parcialidade e arbitrariedade da construção do cânon literário.

A propósito, Riot-Sarcey e Varikas (1988) demonstram que o significado da idéia de “excepcionalidade”, tal como utilizado correntemente, remete ao seu viés, à idéia de transgressão de uma regra formulada pela sociedade patriarcal, qual seja a da inferioridade da mulher, de sua desigualdade com relação aos homens, que circunscreve seus

comportamentos, suas necessidades, seus campos de ação no interior de uma ordem por eles estabelecida, ainda que também por elas ratificada (VERGARA, 1999, p. 227). As mulheres que arriscam desafiar ou insurgir-se contra tal regra recebem a classificação de “excepcionais”.

Nestes termos, a idéia de excepcionalidade atualiza os vícios concernentes às assimetrias entre os sexos na medida em que traduz uma diferença mobilizada para legitimar a exclusão, reservando às mulheres ditas excepcionais desenvoltura e habilidade singulares, capazes de lhes assegurar uma posição social hierarquicamente superior, enquanto “transgressoras” de uma regra, em contraposição às demais, “ratificadoras” desta, por conseguinte, supostamente destituídas de talento, dons individuais e competência suficientes a ponto de lhes render o rótulo de extraordinárias. Não é exagero afirmar que a noção de excepcionalidade acaba por “reproduzir a visão hegemônica que reduziram, até o presente, as experiências históricas das mulheres a uma feminilidade normativa ou essencialista, fora da qual o que existe é anomalia e transgressão da ordem natural” (RIOT-SARCEY; VARIKAS, 1988).

No sistema cultural em formação, o trabalho intelectual da mulher soa estranho ao mundo masculino das letras, podendo ser admitido apenas excepcionalmente. Há formas veladas de deslegitimação e mesmo dúvidas recorrentes sobre se elas eram as verdadeiras autoras do que produziam (ELEUTÉRIO, 2005, p. 71).

Os casos que se nos afiguram como isolados, em que certas trajetórias femininas são apreendidas como heróicas, revelam uma inadequação terminológica: as mulheres tratadas como “exceção” representam apenas a ponta de um iceberg, uma vez que “adotar o esquema de norma-exceção mina a reflexão sobre o problema central da dialética entre o único e o geral, o singular e o universal” (ELEUTÉRIO, 2005, p. 77).

Nesse sentido, Simioni (2004) revela que “o sentido de arte como uma atividade diletante exclusivamente feminina – que sub-repticiamente se opunha ao trabalho feito por homens – perpassa a utilização do rótulo de ‘artista amador’” (p. 7), tornando evidente a existência de um discurso voltado para a consideração de certa “fatura feminina”, estando o êxito, o reconhecimento alcançado por determinadas mulheres que ousaram se “aventurar” pelo universo das artes atrelado à idéia, não menos eficaz no sentido de demarcar seu

limitado espaço de atuação, de excepcionalidade. Portanto, amadorismo e excepcionalidade reforçam-se mutuamente, sendo mobilizados para ratificar “uma linguagem sexuada para tratar da produção feminina, enquanto as obras masculinas percebidas como ‘o universal’, pareciam não ter sexo” (SIMIONI, 2004, p. 9-10).

Considerações finais

À luz do recorte temporal aqui estabelecido, foi possível constatar que o tipo de educação destinado à mulher era marcadamente informal, e que mesmo a novidade inscrita nos ideais republicanos não fora suficiente para lanhar e/ou desgastar a estrutura oriunda dos três séculos de colonização agrária, fundamentada na “continência feminina” (GOTLIB, 2003, p. 26).

Nestes termos, e de acordo com as análises encaminhadas por Needell (1993) e Saffioti (1976), até o final da República Velha, somente as famílias “de posse e posição” tinham acesso à educação secundária e superior, de modo que os nascidos fora dos círculos das elites estavam condenados à impossibilidade do letramento e da formação, a menos que conseguissem driblar tal sina, por meio do autodidatismo. À educação cabia, pois, “qualificar, desigualmente, pessoas ou grupos distribuídos de modo hierárquico num espaço social determinado”, de sorte que às mulheres estavam reservadas as posições ora de “adorno doméstico cuja única função socialmente relevante era a de gerir o lar e educar os filhos”, ora de mão-de-obra menos valorizada, quando estas se encontravam no pólo economicamente dominado, sendo “seu salário, freqüentemente menor que os dos homens na mesma ocupação”, e considerado uma espécie de arrimo para as despesas do lar (SIMIONI, 2004, p. 95). Nas palavras de Amélia Beviláqua:

Outrora não era comum aos pobres saberem ler e, mesmo nas classes aristocráticas, muitas vezes somente se cuidava da instrução do menino. As meninas eram preparadas para serem donas de casa, cresciam em geral quase que completamente analfabetas.¹⁷

Nestes termos, a exigüidade feminina no campo literário deve ser apreendida, corolariamente, em termos da parcialidade das fontes documentais produzidas por teóricos, escritores e críticos responsáveis pela criação do “panteão literário, do qual apenas fazem parte os escritores canônicos. Esta arbitrária construção está, por sua vez, em profunda

sintonia com determinadas teorias que, embebidas no determinismo biológico e no positivismo oitocentista, elegeram a “questão da mulher” como objeto privilegiado de investigação, vindo a transformá-la em terreno pantanoso sobre o qual incidiram as mais impensáveis injunções. Tendo isto em vista, não fica difícil compreender por que, durante muito tempo, os textos escritos por mulheres crispavam-se em

um contexto de cultura bem específico: o espaço doméstico registrado nos livros de receitas, diários, cartas, simples anotações, orações, pensamentos, listas de deveres e obrigações, que, efêmeros, quase na sua grande maioria desapareceram. Quanto aos textos de caráter mais artístico, constituiriam exceção” (GOTLIB, 2003, p. 29).

Dialogando com o pensamento de Gotlib, Lygia Fagundes Telles procede a uma reflexão sobre este período, e ressalta que as mulheres

quando mocinhas, podiam escrever seus pensamentos e estados d'alma... nos diários de capa acetinada... Depois de casadas, não tinha mais sentido pensar sequer em guardar segredos, que segredo de mulher casada só podia ser bandalheira. Restava o recurso do cadernão do dia-a-dia, onde, de mistura com os gastos da casa cuidadosamente anotados e somados no fim do mês, elas ousavam escrever alguma lembrança ou uma confissão que se juntava na linha adiante com o preço do pó de café e da cebola (...). Vejo nas tímidas inspirações desse cadernão... um marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira da chamada carreira de letras – um ofício de homem” (TELLES, 1997, p. 60).

Tal como o trecho acima sublinha, e a despeito desse cenário desfavorável à projeção, visibilidade e legitimidade das produções literárias de autoria feminina engendradas pelas “formas ‘legítimas’ que a historiografia sancionou e elegeu como compatíveis com o cânone clássico da literatura, havia uma economia literária informal” (HOLLANDA; ARAÚJO, 1993, p. 16), subterraneamente elaborada. Se, por um lado, os registros produzidos por críticos literários, escritores e estudiosos da literatura acenavam para a aridez feminina no campo literário, vindo a traduzir “repetições incansáveis, calcadas em efemérides abstratas, situadas em um nível olímpico, elevado”, os mesmos não davam conta de eclipsar o conjunto de “ações sutis e transformadoras realizadas por aqueles agentes menos visíveis, conquanto menos dotados de poder” (SIMIONI, 2004, p. VIII).

¹ Ainda que este artigo eleja como fonte privilegiada de investigação o período que se estende da década de 1870 até a década de 1930, quando necessário, serão feitas referências ao cenário mais abrangente do “longo

século” XIX, para que seja possível compreender com mais acuidade as transformações de que são tributárias as propostas pedagógicas e as práticas formativas que germinaram no período aqui contemplado.

² APJ (Arquivo do Poder Judiciário). Como mostra Michelle Perrot, “‘seja bela e cale a boca’, aconselha-se às moças casadoiras, para que evitem dizer bobagens ou cometer indiscrições” (2005, p. 10). A esse respeito, Maria Odila S. Dias faz menção a um episódio que evidencia o quão indesejável e condenável se afigurava a formação intelectual da mulher: “em São Paulo, em 16 de março de 1835, uma visita de inspeção ao Seminário de meninas órfãs resultou num relatório ao Presidente de Província, denunciando abuso da professora, que ensinava literatura, em livros difíceis, em vez de ensinar a coser e a bordar” (DIAS, 2001, p. 38).

³ Sobre o assunto, consultar SMITH, Bonnie G. “Mulheres profissionais: um terceiro sexo?”. In: *Gênero e História: homens mulheres e prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, pp. 387-441.

⁴ Além disso, enquanto o casamento por conveniência se afigurava como um bom negócio para as famílias mais abastadas, sem necessariamente subentender afeição pessoal entre os futuros cônjuges, “as moças pobres, sem dotes permaneciam solteiras ou tendiam a constituir uniões consensuais sucessivas” (DIAS, 2001, p. 31).

⁵ Saffioti lembra o quão perniciosas eram estas explicações, ao atribuírem “[ao] desuso do cérebro a que a sociedade condenara a mulher, negando-se a instruí-la, [a responsabilidade] pela menor evolução verificada das capacidades mentais femininas” (SAFFIOTI, 1976, p. 206).

⁶ A esse respeito, Virgínia Wolf interpela uma platéia de mulheres, e nos dá a exata medida da proliferação destes discursos, bem como do contraponto entre os sujeitos do conhecimento (os homens) e os objetos de investigação (as mulheres): “Vocês têm idéia de quantos livros são escritos por homens? Têm idéia de que vocês são, provavelmente, o animal mais discutido do universo?” (WOOLF, 1985, p. 36). Sobre “mulheres como anomalia” cf. ROSALDO, 1979, pp. 49-51.

⁷ Quanto a este quadro, a escritora Júlia Lopes enxerga na pobreza um acicate à emancipação feminina: “se uma mulher brasileira, (se há exceções? há-as de certo!) cai de uma posição ornamental em outra humilde, é de rosto descoberto que dia procura trabalho então vai ser costureira, mestra, tipógrafa, telegrafista, aia, qualquer coisa, conforme a educação recebida, ou o ambiente em que vive (...) Felizes as donzelas pobres, obrigadas pelas circunstâncias apertadas da vida a empregar a sua inteligência e a sua atividade no trabalho e no estudo!” (ALMEIDA, 1906, p. 10; cf. DIAS, 2001).

⁸ Sobre a *Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Liceu Imperial de Artes e Ofícios* cf. BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

⁹ Segundo Bourdieu, “a melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial – o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira” (2003, p. 111).

¹⁰ Para um exame mais detalhado acerca da escola normal, consultar SAFFIOTI, 1976, pp. 221-232.

¹¹ Como lembra Saffioti, “para o Brasil como um todo, o que se pode constatar é que a mulher não havia, realmente, penetrado nas escolas superiores, em números significativos, até 1930” (1976, p. 221).

¹² Na crônica “Protetorado de Midas”, publicada em 1894, Adolfo Caminha salienta que a cruel sina reservada aos escritores, não é uma exclusividade dos brasileiros, e se refere a Balzac como um exemplo de escritor que, a despeito das contingências da vida material, não se rendia à literatura de “escada abaixo” (CAMINHA, 1999, p. 26).

¹³ O período citado se refere à crônica “Editores”, publicada em 1894 e disponível em: CAMINHA, 1999, pp. 119-125.

¹⁴ Cabe aqui um adendo biográfico, uma vez que a escritora em questão mudou-se para Portugal aos cinco anos de idade, tendo lá produzido toda a sua obra (PAIXÃO, 1987, p. 10; GOTLIB, 2003, p. 28).

¹⁵ Reforçando o discurso acerca de uma pronunciada aridez feminina na esfera extra-doméstica (nomeadamente na política, arte, ensino e assistência social), Freyre menciona duas escritoras “excepcionais”, antes das quais “só houve bacharelas medíocres, solteironas pedantes ou simplórias, uma ou outra mulher afrancesada, algumas das quais colaboradoras do Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro. E assim mesmo foram raras”. O autor se refere à Nísia Floresta e à Júlia Lopes de Almeida, a primeira sendo por ele descrita como “uma exceção escandalosa. Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século

XIX (...) causa pasmo ver uma figura como a de Nísia”. Quanto à segunda, nenhum comentário segue à simples menção. No entanto, a breve abordagem é suficiente para que a escritora tenha seu nome inscrito no registro da “excepcionalidade” (2000, p. 140-141).

¹⁶ Trata-se do artigo “As três Júlias”, publicado originalmente no Jornal *Republica*, em 6 de março de 1897 e, posteriormente, em 1906, no *Almanaque Garnier*.

¹⁷ Conferência proferida por Amélia Beviláqua, em agosto de 1905, no Terceiro Congresso Científico Latino Americano, realizado no Rio de Janeiro. A íntegra da exposição foi publicada, em 1907, na Revista *Literatura e Direto*, com o título “Instrução e Educação da Infância”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alvers Editor, 1906.

_____. *Ânsia eterna*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

_____. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1914.

_____. *Eles e Elas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1922.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BEVILÁQUA, Amélia. “Instrução e Educação da Infância”. In: *Revista Literatura e Direto*. Bahia: Magalhães, 1907. Fonte: Biblioteca Lúcio de Mendonça da Academia Brasileira de Letras.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BROCA, Brito. “A mulher na literatura brasileira”. In: *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis/INL/MEC. Vol. 1 das Obras reunidas. 1979.

CHADWICH, Whitney. “Vivendo simultaneamente: Sonia & Robert Delaunay”. In: CHADWICH, Whitney; COURTIVRON, Isabelle de. *Amor & arte: duplas amorosas e criatividade artística*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

EHRENREICH, Bárbara; ENGLISH, Deirdre. *Para seu próprio bem: 150 anos de conselhos de especialistas para as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2003

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

EL FAR, Alessandra. *Encenações da imortalidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPESP, 2000.

GOTLIB, Nádia Battella. “A literatura feita por mulheres no Brasil”. In: BRANDÃO, Izabel; MUZART, Zahidé. *Refazendo nós*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais: 1859-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de.; ARAÚJO, Lúcia Nascimento. *Ensaístas brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 e 1991*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

LISBOA, Henriqueta. *Obras completas*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.

-
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MANOEL, Ivan. *Igreja e educação feminina (1959-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical – Sociedade, cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. “Introdução”. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da Roça: romance epistolar*. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- RIOT-SARCEY, Michèle; VARIKAS, Eleni. “Réflexions sur la notion d’exceptionnalité”. *Les Cahiers du GRIF (Le genre de l’histoire)*, 37/38, 1988, pp. 77-89.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist. “A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica”. In: _____; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade*. RJ, Paz e Terra, 1979.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922*. São Paulo: USP, 2004. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 2004.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- TELLES, Lygia Fagundes. “A mulher escritora e o feminismo no Brasil”. In: SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora da EFG, 1997.
- TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras”. In: M. Del Priore (org.). *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- VERGARA, Moema de Rezende. “A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan”. *Cadernos Pagu* (13), 1999.
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.